



CONTRATO N. 031/2016/SES/MT

Pregão Eletrônico n. 016/2016/SES/MT - Processo n. 137891/2015

Considerando o que consta no **Processo Administrativo n. 137891/2015/SES/MT**, as partes identificadas no **Título I** resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, do qual serão partes integrantes o edital e seus anexos, a proposta atualizada e será regido pelas cláusulas estabelecidas no Título II, e no que estes documentos forem omissos, pela Lei n. 8.666 de 21/06/1993, Decretos Estaduais n. 7.217, de 14/03/2006, n. 7.218 de 14/03/2006, Lei Complementar 123/2006 e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.

TÍTULO I - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE:

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, por meio do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**.

Sede:

Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05
Bairro: Centro Político Administrativo
CEP: 78058-906 – Cuiabá/MT.

CNPJ:

04.441.389/0001-61

Representante da Contratante:

EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ

RG: 54.353.403-0 SSP/SP

Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso

CPF: 210.332.501-04.

CONTRATADA:

DIANÉS & CIA LTDA - ME

Sede:

Avenida Pau Brasil, 260 – Jardim das Palmeiras, CEP 78.080-200, Cuiabá - MT

Telefones: (65) 3661-5555

E-mail: moveispantanal@gmail.com

CNPJ: 01.295.690/0001-16

Representante:

Nome: **BORIS MARTINS DIANÉS**

RG: 02894017 SSP/MT

CPF: 209.098.881-91

TÍTULO II – CLÁUSULAS CONTRATUAIS



Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais permanentes, sendo armários planejados, para atender demanda do setor de biologia molecular do LACEN/SES/MT.

Cláusula Segunda – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES

2.1 O presente Contrato tem as seguintes especificações, quantidades e valores, conforme Termo de Referência, proposta atualizada e homologação da licitação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CONFECCÃO DE ARMÁRIO PARA SER FIXADO NA PARTE DE CIMA DA BANCADA DE LABORATÓRIO, COM APROXIMADAMENTE 04 GAVETAS E 02 PORTAS DE CORRER, EM MADEIRA MDF, REVESTIDO NA PARTE EXTERNA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, MEDINDO 2.60 X 0.40 X 0.70 CM. UNIDADE.	UN	01	R\$ 1.695,00	R\$ 1.695,00
2	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CONFECCÃO DE ARMÁRIO PARA SER FIXADO EM BAIXO DA BANCADA DE LABORATÓRIO, COM APROXIMADAMENTE 04 GAVETAS E 02 PORTAS DE CORRER, EM MADEIRA MDF, REVESTIDO NA PARTE EXTERNA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, MEDINDO 3.62 X 0,65 CM. UNIDADE.	UN	02	R\$ 1.074,00	R\$ 2.148,00
3	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CONFECCÃO DE ARMÁRIO PARA SER FIXADO EM BAIXO DA BANCADA DE LABORATÓRIO, COM APROXIMADAMENTE 04 GAVETAS E 02 PORTAS DE CORRER, EM MADEIRA MDF, REVESTIDO NA PARTE EXTERNA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, MEDINDO 2.60 X 0.55 CM. UNIDADE.	UN	01	R\$ 1.899,00	R\$ 1.899,00
4	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CONFECCÃO DE ARMÁRIO TIPO PRATELEIRA, COM APROXIMADAMENTE DE 4 A 6 PRATELEIRAS HORIZONTAIS, COM UMA PORTA DE ABRIR REVESTIDO NA PARTE EXTERNA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, MEDINDO 2.90 X 0.70 CM. UNIDADE.	UN	01	R\$ 1.573,00	R\$ 1.573,00
5	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CONFECCÃO DE ARMÁRIO PARA BANHEIRO, COM DUAS PORTAS E DUAS DIVISÓRIAS HORIZONTAIS, EM MADEIRA MDF, REVESTIDO NA PARTE	UN	02	R\$ 268,50	R\$ 537,00



	EXTERNA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, MEDINDO 0.70 X 0.52 X 0.60 CM. UNIDADE.				
6	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CONFEÇÃO DE BANCADA PARA LABORATÓRIO EM FORMATO DE U, COM APROXIMADAMENTE 04 GAVETAS, 04 PRATELEIRAS E 02 PORTAS DE ABRIR, EM MADEIRA MDF, REVESTIDO NA PARTE EXTERNA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, MEDINDO 3.50 X 3.50 X 3.0 CM. UNIDADE	UN	01	R\$ 3.531,00	R\$ 3.531,00
7	CONFEÇÃO DE GAVETEIRO EM MDF M2 MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,80X0,60X0,60 CM, COM 4 GAVETAS E UMA FECHADURA NA PARTE SUPERIOR PARA FECHAMENTO DE TODAS AS GAVETAS. UNIDADE.	UN	01	R\$ 606,00	R\$ 606,00
VALOR TOTAL CONTRATADO:					11.989,00

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Como condição para assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando, quando necessário, os documentos cuja validade já tenha expirado.

3.2. A Contratada se obriga, nos termos deste contrato a:

3.2.1. Os materiais deverão ser entregues e instalados, em apenas uma parcela, em até 20 (vinte) dias úteis, após emissão da **Nota de Empenho**, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, emitida pela SES, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria.

3.2.2. Assinar o instrumento contratual e/ou retirar a Nota de Empenho no prazo MÁXIMO de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, que inclusive poderá ser por simples e-mail ou fax com comprovante de recebimento.

3.3. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SES – Laboratório/Lacen, de acordo com a especificação do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

3.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato.

3.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

3.6. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a Secretaria de Estado de Saúde toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

3.7. Atender todas as obrigações constantes na Lei n. 8.666/93 e Decretos Estaduais n. 7.217 e alterações e 7.218 de 14/03/06.

3.8. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.



3.9. Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para recebimento de correspondência.

3.10. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste CONTRATO, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto contratado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.12. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Secretaria de Estado de Saúde de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

3.13. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

3.15. O fornecimento e entrega dos produtos, objeto desta contratação, será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado para este fim.

3.16. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

Cláusula Quarta – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas contratuais e as normas da Lei n. 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, com atribuições específicas (FISCAL DO CONTRATO).

4.3. A fiscalização exercida não exclui a responsabilidade da CONTRATADA, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

Cláusula Quinta – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1 Não será exigida garantia contratual para o presente Contrato.

Cláusula Sexta – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Durante a vigência do presente Contrato a CONTRATANTE, através do servidor responsável pelo LACEN e pelo Fiscal do Contrato deverão:

6.1.1 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o cumprimento do objeto contratado;

6.1.2 Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos;

6.1.3 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE;

6.1.4 Providenciar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no presente Contrato;

6.1.5 Comunicar à CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos, para imediata correção, e para ciência e providências cabíveis;

6.1.6 Receber os produtos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com o objeto contratado;



6.1.7 Rejeitar no todo ou em parte, com a devida justificativa, os itens entregue em desacordo com os padrões e normas constantes da proposta da CONTRATADA;

6.1.8 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.1.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Cláusula Sétima – DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

7.1. Os objetos deverão ser entregues/instalados em até 20 dias úteis, após retirada da Nota de Empenho, nos termos da Cláusula Terceira, observado o seguinte:

7.1.1. A instalação deverá ser feita em **dias úteis das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h** nas dependências do setor de Biologia Molecular do MT-Laboratório-LACEN, localizado à Rua Thogo da Silva Pereira, 63, Bairro do Porto, Cuiabá/MT, Cep.: 78.020-500, conforme ordem de fornecimento:

a) em **caráter provisório**, após a instalação dos armários, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte do LACEN, será de 15(quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulados nos itens anteriores, e somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

7.2. O recebimento não excluirá a contratada da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

7.3. A contratada ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos;

7.4. A entrega dos objetos deste contrato, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim;

7.5. A SES/MT rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas do contrato;

7.6. Os produtos, objeto deste contrato, deverão ter garantia de mínima de 12 meses, a partir da data de recebimento pela SES/MT;

7.7 Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Cláusula Oitava – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, neste exercício financeiro correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 21601 – Fundo Estadual de Saúde

PROGRAMA: 0077

AÇÃO/PROJETO/ATIVIDADE: 2511

SUBFUNÇÃO: 305 **MEDIDA:** 08

TAREFAS: 04

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52

FONTE: 112



TETO FINANCEIRO: FINLACEN

CONTA CORRENTE: 00031 – COD. BANCÁRIO: 1792

Cláusula Nona – DO PAGAMENTO

9.1 Pelo fiel e perfeito fornecimento do objeto desta contratação, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 11.989,00 (onze mil, novecentos e oitenta e nove reais), conforme a apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestadas (itens 9.4 e 9.5) e acompanhadas dos documentos indicados na cláusula 9.7.

9.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto contratado;

9.3. As Notas Fiscais devem ser emitidas em nome do **Fundo Estadual de Saúde**, com CNPJ: **04.441.389/001-61** e sede na Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05, Centro Político Administrativo, CEP 78058-906 – Cuiabá/MT, e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE, a fim de serem atestadas;

9.4 Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, respeitados os prazos estabelecidos na Instrução Normativa n. 01/2007 SAGP/SEFAZ;

9.5 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o atesto firmado pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega do objeto contratado;

9.6 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, para fins de pagamento, o número do Contrato, a descrição dos itens entregues, valor unitário e global, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A, obedecendo as regras estabelecidas no Edital e neste contrato.

9.7 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental consoante o Decreto Estadual n. 7.217/2006 e suas alterações;

9.7.1 A CONTRATADA deverá apresentar junto a Nota Fiscal/Fatura, para fins de pagamento, as seguintes certidões negativas ou positivas com efeito de negativas:

- a) de débitos tributários, dívida ativa e contribuições previdenciárias, emitida pela Receita Federal;
- b) de FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) de Débitos Tributários do Estado, emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado;
- d) de Dívida Ativa Estadual, emitida pela Procuradoria Geral do Estado;
- e) de Débitos Tributários e de Dívida Ativa do Município;
- f) de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho.

9.7.2 As certidões devem estar dentro do prazo de validade e se referir ao órgão competente do domicílio tributário da empresa.

9.8 Constando qualquer incorreção na Nota Fiscal/Fatura, bem como, outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante no item 9.4 fluirá a partir da respectiva regularização;

9.9 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

9.10 O pagamento efetuado não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos bens fornecidos;

9.11 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com tercelros por intermédio da operação de "factoring";



9.12 Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666/93, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como análise Técnico Contábil do setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica desta SES.

Cláusula Décima – DA VIGÊNCIA

10.1 A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de **04/07/2016** a **03/07/2017**.

10.2 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

Cláusula Décima Primeira – DA RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, o qual ficará rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das ocorrências prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666, de 21.06.93;

11.2 O presente Contrato será rescindido pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.3 A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitados ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos;

11.4 Fica ajustado em caso de rescisão que nenhuma indenização será cabível, a não ser o ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pela CONTRATADA e autorizadas pela CONTRATANTE, previstas no presente Contrato;

11.5 Em caso de rescisão sem que haja culpa da CONTRATADA, esta poderá ser ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, ao pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

11.6 Em caso de rescisão sem que haja culpa da CONTRATANTE, esta será ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, a restituição dos valores estimados às diversas despesas já investidas em função do objeto contratado;

11.7 Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá a CONTRATANTE decidir pela continuidade ou não do presente Contrato;

11.8 No caso de rescindir o Contrato fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Décima Segunda – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

12.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

Cláusula Décima Terceira – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital, sujeita a CONTRATADA a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93 e alterações, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

13.1.1 Quanto à obrigação da Assinatura do Contrato no prazo estabelecido:

a) atraso até 5 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);



b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso;

13.1.2 Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da contratação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso;

13.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei n. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

13.3 Se a CONTRATADA recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato, a entregar os produtos ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

13.3.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

13.3.2 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado de Saúde, por prazo de até 2 (dois) anos, e,

13.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

13.4 A CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 02 (dois) anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

13.5 A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber desta Secretaria de Estado de Saúde, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

13.6 As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

13.7 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

Cláusula Décima Quarta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2 A CONTRATANTE poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;



14.2.1 A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.2.2 A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Cláusula Décima Quinta – DO FORO

15.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Cuiabá/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

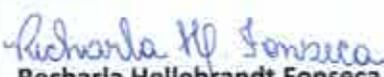
Cuiabá-MT, 04 de julho de 2016.

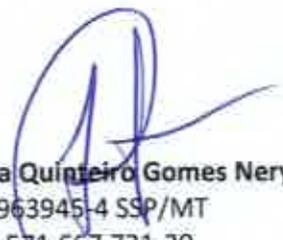

EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ

Secretário de Estado de Saúde


BORIS MARTINS DIANÊS
DIANÊS & CIA LTDA - ME

Testemunhas:


Recharla Hellebrandt Fonseca
RG – 194.0184-1 SSP/MT
CPF – 025.529.231-78


Samya Kelma Quinzeiro Gomes Nery
RG: 0963945-4 SSP/MT
CPF: 571.667.731-20